



Assembleia de Freguesia de Arrifana
Município de Vila Nova de Poiares

ATA N.º 4/2018

Aos dezanove dias de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu-se para uma sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Arrifana. A sessão teve início pelas dezanove horas no edifício da sede da Junta de Freguesia de Arrifana. -----

PRESENCAS-----

Presidente da Mesa da Assembleia: Celestino Flório Quaresma-----

1º Secretário: Paula Cristina Simões dos Santos-----

2º Secretário: Beatriz Maria Seco Rolo-----

Vogais: Bruno Joaquim Henriques Relvas, João Paulo dos Reis Lourenço, Pedro Daniel Seco Batista, Helena Graça Lobo Lima, Pedro José Craveiro dos Anjos Gomes e Sónia Sofia dos Santos Ferreira.-----

Faltas: José Manuel Carvalho da Silva-----

Estiveram também presentes:-----

Presidente da Junta de Freguesia: José Manuel Fernandes Henriques-----

Secretário da Junta de Freguesia: Bruno Gonçalo Martins da Silva-----

Tesoureira da Junta de Freguesia: Maria Elisabete Ferreira Henriques-----

Esteve ainda presente uma pessoa do público.-----

Havendo quórum, o Presidente da Assembleia saudou os presentes e declarou aberta a sessão.-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

A - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Embora haja, no Regimento desta Assembleia, o chamado "Período antes da Ordem do Dia", o Presidente pediu que, para melhor funcionamento, qualquer outro assunto não especificado na Ordem do Dia fosse discutido no último ponto designado por "Outros assuntos".-----

-----B - ORDEM DO DIA-----

PONTO 1: Apreciação, discussão e votação da ata da reunião anterior.-----

A proposta foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2: Apreciação, discussão e votação do orçamento e plano plurianual de investimentos para o ano 2019, de acordo com a alínea a) do nº 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----

Foi dada a palavra ao presidente da junta, que afirmou que o orçamento tem um montante mais elevado do que os anteriores, sendo que a receita terá um aumento devido, primeiramente, ao aumento de 50% dos acordos de execução e à tranche do governo central, que se trata de uma novidade. Os acordos de execução passarão para as juntas. No futuro, apenas as grandes obras ficarão a cargo da Câmara Municipal. Para as obras do cemitério serão transferidos 50000€.

Em relação às despesas, haverá um acréscimo de despesas com pessoal devido ao descongelamento das carreiras previstas em Orçamento de Estado. Os encargos com saúde são retenções feitas pelo Fundo de Financiamento das Freguesias. -----



BTSP
[Signature]

Perspetiva-se, também, aumento dos custos do festival do petisco no próximo ano, visto-----
que foi um sucesso na edição anterior e será para continuar. -----

Quanto à Transferência de capital, foi realizada uma transferência para a radio mundial FM,
pois apesar de ser uma entidade privada, trata-se de um serviço publico, e como tal a junta
de freguesia decidiu associar se à causa.-----

De seguida, o presidente explicou quais são as prioridades do executivo – PPI: 500€
investidos para sede uma vez que é necessário manter o edifício nas melhores condições
possíveis; 1000€ para obras no pavilhão com a mesma justificação de obras na sede.
Quanto à toponímia, apesar de 9000 € não ser necessário na totalidade, será este
montante investido. Quanto às obras do cemitério, totalizam um valor de 50000€,
designadamente para construção de ossário (35000€), muros e calçada (16000€) o que
perfaz 51000€. Assim, teria que ser realizado um concurso público, mas os materiais serão
adquiridos por ajuste direto.-----

O vogal João Paulo Lourenço questionou sobre a forma como seria realizada a
transferência para as coletividades e o presidente esclareceu que poderia ser realizada de
forma direta ou através de apoios de outra natureza.-----

A proposta foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 3: Apreciação, discussão e votação do regulamento de taxas e preços de acordo
com a alínea d) do nº 1 do artº 9 da Lei 75/13 de 12 de setembro;-----

Foi dada a palavra ao presidente da junta, que esclareceu que apesar de não ser um
procedimento consensual, os regulamentos de taxas e preços não estavam atualizados e
necessitavam de o ser. De seguida enumerou as taxas que foram atualizadas: atestados de
residência decorrente do processo toponímico, devido a alteração do nome de rua;
atestado de união de facto porque é este o valor que se encontra previsto na conservatória
e tem que estar alinhado com este por lei ; certificado de construção anterior a 07 de
Agosto de 1951 ou 12 de Maio de 1992, anteriormente era de 20€ e aumenta para 100€
pois o requerente tem um benefício direto e que se fosse consultar um gabinete de
arquitetura o valor seria muito mais elevado, sendo também importante referir que estes
valores foram comparados com outros executivos e por fim, o valor das fotocópias alinhado
pelas conservatórias.-----

Quanto a Emolumentos e coimas segundo a lei, os valores alterados foram essencialmente
em: serviços cemiteriais, uma vez que a junta de freguesia é “assediada” por agências
funerárias para sepultar pessoas que não pertencem a nossa freguesia, e assim passa de
95€ para 120€, para alinhar com o custo do serviço; o Covato duplo tem um aumento de
50€; os Serviços aos sábados, domingos e feriados aumenta para +50%, porque o
funcionário terá direito a um dia de folga; a Sepultura passa a ter um montante de 900€
com a justificação de que é necessário e urgente limitar o acesso a compra de sepulturas,
devido a falta de espaço.-----

A vogal Sónia Ferreira interveio e afirmou que, na sua opinião, o montante das sepulturas
permutas é um exagero e 50% aos sábados, domingos e feriados também é um valor um
pouco elevado.-----

O vogal Pedro Gomes questionou se a taxa da transferência de sepultura é obrigatória.-----
Já o vogal João Paulo Lourenço interrogou se os cinquenta euros também se aplicavam a
outros serviços externo e se o coveiro estaria coletado e se era este que fazia o preço
tabelado, e aconselhou, ainda, de que a junta de freguesia deveria ter uma tabela com os---



PS
BTSR
[Signature]

preços fixado.-----

O presidente da junta começou por responder à vogal Sónia Ferreira, e explicou que era necessário limitar a compra de sepulturas, uma vez que, existem apenas vinte e duas sepulturas disponíveis e que existem várias sepulturas a pertencer a uma mesma família. Referiu ainda que, se tratava de um orçamento limitado e este poderá ser um ponto onde será possível arrecadar alguma receita. Quanto à taxa de transferência de nome, trata-se de um valor ajustado, mas as famílias já eram auxiliadas anteriormente a fazer a mudança de titularidade.-----

De seguida, respondeu ao vogal João Lourenço e referiu que o valor tem por base, o montante recebido pelo coveiro contratado pela junta de freguesia de Santo André e que se trata do plafond máximo previsto na tabela.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia disse que a taxa de sepultura de 50% não se justificava, em relação a transladação e, na sua opinião, a taxa era um mero documento e que devia ter menor montante, ao qual o presidente da junta respondeu que se tratava de um documento que poderá ser necessário no futuro.-----

A proposta foi posta à votação e foi aprovada por maioria, com quatro votos contra da bancada do PSD.-----

PONTO 4: Apreciação e votação do mapa de pessoal dos serviços da freguesia; de acordo com a alínea m) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----

Foi dada a palavra ao presidente da junta que referiu que esta entidade tinha andado a recorrer ao serviço precário através de POC CEi + e cada vez se tornava mais difícil recorrer a estes programas.-----

Assim através de uma lei com benefícios diretos para a junta de freguesia seria possível contratar funcionários. Referiu ainda que cada pessoa integrada tinha um benefício de 40 a 50% direto para a junta de freguesia, não sendo assim, uma despesa para a junta, uma vez que um funcionário se reformou e iriam ser contratados dois novos funcionários pelo mesmo custo.-----

A proposta foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 5: Apreciação, discussão e votação do plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas;-----

Foi dada a palavra ao presidente da junta que referiu que se tratava de um documento previsto na lei desde 2008 e que apenas se trata de um documento obrigatório.-----

A vogal Sónia Ferreira perguntou se este documento foi feito com base na PPP e que era obrigatório fazer-se uma consulta preliminar. Referiu ainda que este documento deveria ser adaptado à realidade da junta de freguesia.-----

O secretário da junta, Bruno Silva, explicou o documento e referiu que este foi feito com base numa minuta através da lei 54/2008.-----

A proposta foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 6: Apreciação, discussão e votação das peças de procedimento, designação de júri, designação de gestor de contrato nos termos do Código de Contratação Pública-----

Foi dada a palavra ao presidente da junta que referiu que era obrigatório para todas as obras realizadas e que questionou se alguma das bancadas tinha uma sugestão.-----

Como não houve sugestões, o presidente propôs o seguinte júri: o gestor de contrato José Manuel Henriques, o Júri efetivo composto por o Presidente da mesa, a líder da bancada do PSD e o secretário do executivo. Como suplentes o José Silva e o Pedro Gomes -----

A competência deste júri será avaliar o pedido de orçamento e decidir a empresa que -----



executará a obra.-----

A proposta foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 7: Informação para conhecimento sobre a atividade e sobre a situação financeira da Junta de Freguesia referente ao período de 01 de janeiro de 2018 a 30 de novembro de 2018, conforme a alínea e) do nº2 do Artº9º da Lei75/2013 de 12 de setembro. -----

Foi dada a palavra ao presidente, que congratulou o modo como foi executado este orçamento e informou que além de não haver derrapagens, o saldo de gerência será superior ao ano anterior.-----

Informou, também que, o cadastro do cemitério está quase finalizado.-----

C - OUTROS ASSUNTOS-----

A Assembleia de Freguesia foi informada de que o site da freguesia de Arrifana foi oficialmente dado como aberto.-----

O vogal João Paulo Lourenço referiu que as limpezas das bermas da estrada na estrada do Carvalho, apesar de realizadas, não transmitiam muita segurança e que seria necessário a colocação de barreiras de segurança. O presidente da junta referiu que já tinha transmitido ao Presidente da Câmara, mas que o iria voltar a fazer por escrito.-----

O vogal João Paulo Lourenço alertou de que seria necessário transmitir ao município de que os contentores do lixo no lugar do Carvalho deveriam ter uma proteção. E informou ainda que, a torre da estação de rádio, Mundial FM, não tinha luz e devido aos acontecimentos recentes poderia causar uma tragédia.-----

A banca do PSD desejou umas boas festas ao qual a bancado do PS retribuiu. -----

O Executivo da junta de freguesia agradeceu a gentileza do livro oferecido pelo senhor engenheiro e desejou umas boas festas e gratulou a forma cordial e construtiva como tem decorrido as assembleias de freguesia realizadas. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão às 20 horas e 45 minutos, da qual foi lavrada a presente ata e, por ser verdade tudo o que nela consta, a mesma foi assinada pelos membros que constituíram a mesa. -----

O Presidente: 

O 1º Secretário: 

O 2º Secretário: 